

# Informativo Semanal

#COVID-19



**AJUFE**



29/1

### **Inscrições abertas para o Módulo III do curso EaD sobre laboratório de inovação, centro de inteligência e ODS**

Estão abertas até o dia 5 de fevereiro de 2021 as inscrições para o terceiro módulo do curso sobre o Laboratório de Inovação, Centro de Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na modalidade EaD, voltado a magistrados e servidores de todas as esferas e instâncias do Poder Judiciário. O módulo tratará de "Gestão de Dados e Soluções Integradas de TI - com foco na Meta 9".

As aulas começam no dia 12 de fevereiro e vão até o dia 31 de março e serão ministradas em plataforma desenvolvida pela Associação Paranaense dos Juizes Federais. Serão disponibilizadas 120 vagas, sendo 60 para magistrados e 60 para servidores.

[Continue lendo...](#)

28/1

### **Em 2020, 38% dos julgamentos em segundo grau foram sobre ações previdenciárias**

Aposentadoria especial, por idade ou tempo de contribuição, auxílio-doença e auxílio emergencial foram temas recorrentes durante o ano de 2020, marcado pela pandemia do novo coronavírus. O julgamento de recursos referentes a ações contra decisões do INSS que negaram pedidos a esses benefícios representou, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), 38% do total de julgados, ou 71.869 decisões das 5ª e 6ª Turmas e das Turmas Regionais Suplementares de Santa Catarina e do Paraná.

Dos mais de 71 mil recursos, o maior índice, 20%, é relativo a solicitações de aposentadoria por tempo de contribuição. Para o desembargador federal da 1ª Turma Regional Suplementar de SC, Paulo Afonso Brum Vaz, as aposentadorias especiais são as que apresentam maior índice de negativas na via administrativa, o que reflete na intensa judicialização. "São processos complexos, que implicam análise de questões de fato, com realização de perícia, conversões de tempo e somatório de períodos picados", analisa o magistrado. Segundo ele, existe uma tendência importante de procedência para esses benefícios e reversão das negativas administrativas, ao destacar estatística realizada pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe)

sobre o período entre 2014 e 2017, que apontou o índice de 71% de provimento ainda na primeira instância.

[Continue lendo...](#)

27/1

### **TRF3 prorroga até o dia 31/03 o retorno gradual às atividades presenciais**

A Portaria Conjunta Pres/CORE N° 14 assinada nesta terça-feira (26/01) prorrogou para o dia 31/03/2021 a disciplina de retorno gradual às atividades presenciais em toda a 3ª Região.

Para edição da norma foram considerados os excelentes resultados obtidos com o desenvolvimento das atividades da Justiça Federal da 3ª Região de forma remota e a necessidade de adoção de postura conservadora para preservação da saúde de magistrados, servidores, advogados e usuários do sistema de Justiça.

[Continue lendo...](#)

27/1

### **Ajufe convida Ministério da Justiça a participar da 7ª Expedição da Cidadania**

Nesta quarta-feira (27), o presidente da Ajufe, Eduardo André, se reuniu com o ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça, para debater possíveis projetos do Ministério para fazerem parte da 7ª Expedição da Cidadania da Ajufe, que em 2021 deve ocorrer no mês de agosto.

O presidente da Ajufe reforçou que nesta edição a ideia da Ajufe é levar a Expedição para a região Norte brasileira. "Gostaríamos de uma indicação do ministério, de um local no Norte. Queremos abordar questões ambientais, de fronteiras, e sugestões do Ministério sobre assuntos e necessidades que a região Amazônica necessita e que a Justiça Federal possa ajudar a avançar em prol da população local", falou o magistrado.

[Continue lendo...](#)

26/1

### **Justiça alcança indenização de milhares de vítimas do desastre de Mariana**

Mais de 5 mil vítimas do desastre causado pelo rompimento da barragem de mineração em Mariana (MG) já foram indenizadas pelos danos sofridos com a tragédia. São trabalhadores que, devido à contaminação do Rio

Doce, se viram impedidos de exercerem suas ocupações.

Os beneficiados pertencem a categorias informais, composta por pessoas simples, com baixa renda e que não foram indenizados nos últimos cinco anos devido às dificuldades de comprovação do trabalho que executavam, assim como da extensão dos danos que sofreram. Com a adoção do sistema indenizatório simplificado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), foi possível garantir compensações financeiras médias de R\$ 100 mil, com algumas categorias recebendo quase R\$ 600 mil.

[Continue lendo...](#)

26/1

### **Justiça Federal determina abastecimento diário de oxigênio para o HUGV/Ebserh**

Considerando o agravamento da crise no fornecimento de gás oxigênio aos hospitais do Estado do Amazonas e a elevação da demanda desse insumo decorrente do crescente número de pacientes acometidos de covid-19 atendidos pelo Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV/Ebserh), o reitor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), professor Sylvio Puga, solicitou à Justiça Federal o abastecimento diário da carga de oxigênio do HUGV/Ebserh.

O pedido foi atendido pela juíza titular da 1ª Vara Federal Cível do Amazonas, Jaiza Fraxe, e resultou na instalação de um tanque de oxigênio líquido de 134 polegadas, o qual reforça a produção de 30 metros cúbicos por hora da usina instalada, no último dia 20 de janeiro, nas dependências do HUGV pela empresa fornecedora de gases medicinais, White Martins. O HUGV conta também com outros 67 cilindros de oxigênio gasoso mantidos para emergências.

[Continue lendo...](#)

26/1

### **Prefeitura ganha ação na justiça e governo federal terá que contratar mais médicos para Boa Vista**

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região determinou que a União contrate, no prazo de 30 dias, 10 médicos do programa Mais Médicos para o município de Boa Vista, sob pena de multa mensal no valor de R\$ 7 mil referentes a cada médico que deixar de ser contra-

tado. A prefeitura aguarda o cumprimento da decisão proferida na última quinta-feira, 21.

A decisão é uma resposta ao descumprimento por parte da União à sentença proferida em março de 2020 que determinou a devolução ao município de médicos do programa que tiveram seus contratos encerrados.

[Continue lendo...](#)

26/1

### **TRF2 prorroga regime de trabalho remoto na primeira e na segunda instâncias até o final de fevereiro**

O Tribunal Regional Federal – 2ª Região (TRF2) decidiu prorrogar até 26 de fevereiro de 2021 o regime de trabalho remoto na Corte e nas Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. A medida foi formalizada na Resolução nº 57, assinada no dia 16 de dezembro pelo presidente do Tribunal, desembargador federal Reis Friede, pelo vice-presidente, desembargador federal Messod Azulay, e pelo corregedor regional, desembargador federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho.

A prorrogação do trabalho a distância leva em conta as estatísticas que indicam o aumento expressivo do número de casos de contaminação pelo vírus causador da Covid-19 em ambos os estados e a necessidade de manter o distanciamento social como medida de prevenção ao contágio.

[Continue lendo...](#)

26/1

### **Conciliação da 4ª Região homologou mais de 20 mil acordos em 2020**

Durante o ano de 2020, a Conciliação da 4ª Região da Justiça Federal homologou 20.954 em matérias diversas. Destes, 1.567 são respectivos ao período da Semana Nacional da Conciliação, promovida entre novembro e dezembro pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em primeiro grau, foram contabilizados 9.334 acordos. No segundo grau, o Sistema de Conciliação da 4ª Região homologou 2.286; o Centro de Justiça e Resolução de Conflitos de Florianópolis (SC), 2.428; o Cejuscon de Curitiba (PR), somado ao Núcleo de Conciliação de Curitiba, 4.654; e o Cejuscon de Porto Alegre (RS), 2.252 acordos.

[Continue lendo...](#)



26/1

### **Justiça Federal suspende abertura de agências do INSS no Amazonas**

A Justiça Federal do Distrito Federal atendeu pedido dos médicos peritos e suspendeu, em decisão proferida no último domingo (24/1), a abertura das agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Amazonas.

A decisão é assinada pela juíza plantonista Maria Cândida Carvalho Monteiro, da 3ª Vara Federal Cível do Distrito Federal. O pedido foi feito pela Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social (ANMP).

[Continue lendo...](#)

24/1

### **Juíza Federal impõe medidas em Manaus contra os fura-filas de vacina**

Após denúncias de irregularidades em vacinações de profissionais de saúde fora do grupo prioritário, em Manaus (AM), a juíza federal Jaiza Maria Pinto Fraxe determinou uma série de medidas para inibir novos "fura-filas" na distribuição de vacinas na cidade.

Entre as medidas, a magistrada determinou que a prefeitura de Manaus forneça uma lista das pessoas vacinadas até às 19h de cada dia. A lista deve conter nome, CPF e profissão da pessoa vacinada, além de local de vacinação. O descumprimento pode gerar multa diária de R\$ 100 mil.

[Continue lendo...](#)

22/1

### **Juiz federal associado da Ajufe lança livro sobre direitos fundamentais sociais**

A Ajufe comunica o lançamento da obra "Direitos Fundamentais Sociais: conteúdo essencial, judicialização e direitos sociais em espécie", de autoria do juiz federal, associado da Ajufe, Antonio Oswaldo Scarpa, e editado pela editora Juspodivm.

A obra tem por objeto os direitos sociais, previstos no art. 6º da Constituição da República – os direitos à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância e à assistência aos desamparados –, e o exame da possibilidade de sua efetivação pelo Poder Judiciário.

[Continue lendo...](#)



# AJUFE

Associação dos Juizes Federais do Brasil